Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e quinze minutos, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma presencial, na sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Estiveram presentes os conselheiros Gabriele Guimarães, representando a **Guardinha**, Diego do Nascimento Santana, Tamires de Nazaré Gomes, Felippe Vaz, Luiz Antônio Lopes Garcia, representando a **Apae**, Carla Santos, representando a **Unidade Gestora Municipal de Educação**, Ronaldo Vicente Garcia representando a **Capoeira Brasil** e Ângela Aparecida dos Santos, representando a **Unidade de Desenvolvimento Social** além do conselheiro convidado Douglas Aguiar. O presidente do Conselho, Luiz Antônio Lopes Garcia, agradeceu a presença de todos e deu início à reunião com a primeira pauta, apresentando a nova Diretora dos Conselhos da Unidade Gestora de Desenvolvimento Social, concedendo-lhe a palavra. "Agradeço a presença de todos. Me chamo Sue Ane sou a nova Diretora dos Conselhos da Unidade Gestora de Desenvolvimento Social. Coloco-me à disposição dos conselheiros". Dando continuidade, o presidente Luiz Antônio Lopes Garcia passou à segunda pauta, referente ao calendário anual das reuniões do Conselho. Ficou acordado que as reuniões permanecerão sendo realizadas nas primeiras quintas-feiras de cada mês, de forma online, intercalando entre os períodos matutino e vespertino. Mesmo não estando na pauta, foi discutida a necessidade de definir, na próxima reunião, a composição das seguintes comissões: Comissão de Acompanhamento da Atuação do Conselho Tutelar, Comissão de Visitas às Instituições inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e às demais que solicitarem inscrição e Comissão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ficou estabelecido que cada comissão deverá ser composta por, no mínimo, quatro membros. O presidente Luiz Antônio Lopes Garcia seguiu com a terceira pauta, reforçando a necessidade de indicação de membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para a Comissão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. O conselheiro Felippe Vaz questionou: "O que seria a Comissão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil?" A conselheira Ângela Aparecida dos Santos explicou que se trata de um programa do governo federal voltado à erradicação do trabalho infantil e à proteção de crianças e adolescentes..............

Ficou definido que, na próxima reunião, será realizada a nomeação de um conselheiro titular e um suplente para representar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na Comissão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Por fim, o presidente Luiz Antônio Lopes Garcia decidiu encerrar a reunião devido à falta de Quórum, causada pela ausência de representantes do governo. A nova data foi remarcada para o dia treze de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, de forma online. O presidente Luiz Antônio Lopes Garcia agradeceu novamente a presença de todos e a reunião foi encerrada às onze horas e vinte minutos, e eu, Sue Ane Bianca Santos, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelo presidente e pelos demais conselheiros e convidados presentes.